

BIANCA M. SCHNEIDER VAN DER BROOKE

# **LITÍGIOS ESTRUTURAIS, ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA DO PROCESSO**

Um papel transformador para o controle judicial de  
políticas públicas

Londrina/PR  
2021



**THOTH**  
EDITORA

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)



Broecke, Bianca M. Schneider van der.

Litígios estruturais, estado de coisas inconstitucional e gestão democrática do processo: um papel transformador para o controle judicial de políticas públicas / Bianca M. Schneider van der Broecke. – Londrina, PR: Thoth, 2021.

207 p.

Bibliografias: 197-207

ISBN 978-65-5959-036-0

1. Litígios Estruturais. 2. Estado de Coisas Inconstitucional. 3. Ativismo Dialógico. 4. Experimentalismo. I. Título.

CDD 341.2

**Diagramação e Capa:** Editora Thoth

**Revisão:** a autora.

**Editor chefe:** Bruno Fuga

**Coordenador de Produção Editorial:** Thiago Caversan Antunes

**Diretor de Operações de Conteúdo:** Arthur Bezerra de Souza Junior

### Índices para catálogo sistemático

1. Direito Constitucional : 341.2

### Conselho Editorial (Gestão 2021)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Esp. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Prof. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

# SUMÁRIO

SOBRE A AUTORA .....	5
PREFÁCIO .....	11

INTRODUÇÃO.....	17
-----------------	----

## CAPÍTULO 1

LITÍGIOS ESTRUTURAIS NO CONTEXTO ESTADUNIDENSE: ORIGENS E PERSPECTIVAS DE UMA GESTÃO PROCESSUAL ATIVA E DIALÓGICA.....	23
--	----

1.1 Segregação racial e <i>judicial review</i> nos Estados Unidos: o contexto histórico-social que dá origem a <i>Brown vs. Board of Education</i> .....	26
1.2 <i>Brown vs. Board of Education</i> na Suprema Corte Estadunidense: o leading case dos litígios estruturais e as “novas” (velhas) formas de <i>judicial remedy</i> .....	34
1.3 A <i>prison reform litigation</i> e o <i>managerial judging</i> : as novas tarefas gerenciais para uma gestão processual ativa.....	45
1.4 Os modelos de gestão processual e a eficiência da abordagem judicial catalisadora: por um processo deliberativo para a formulação da reforma estrutural .....	51
1.5 Experimentalismo e <i>accountability</i> judicial: direitos de desestabilização e judicialização da política na moderna <i>structural reform litigation</i> .....	59

## CAPÍTULO 2

LITÍGIOS ESTRUTURAIS NO CONTEXTO DO SUL GLOBAL: CONSTITUCIONALISMO TRANSFORMADOR E ATIVISMO DIALÓGICO DA COLÔMBIA À ÁFRICA DO SUL .....	67
---	----

2.1 Litígios estruturais e proteção dos direitos sociais na Colômbia: a tomada de decisão participativa e o surgimento da doutrina do “estado de coisas inconstitucional” .....	72
2.2 O “Estado de Coisas Inconstitucional” dos <i>desplazados</i> : a <i>sentencia T-025/2004</i> como paradigma para uma gestão judicial ativa e dialógi-	

ca.....	80
2.3 Ativismo dialógico e <i>experimentalist regulation</i> : a mesma face da mesma moeda e o valor da abordagem judicial catalisadora deliberativa .....	89
2.4 Ativismo dialógico entre a democracia deliberativa e o constitucionalismo transformador: legitimidade e <i>accountability</i> judicial na resolução de litígios estruturais.....	99
2.5 Constitucionalismo transformador e <i>active judicial management</i> na África do Sul: o “ <i>meaningful engagement</i> ” e os impactos da tomada de decisão participativa.....	109

### CAPÍTULO 3

#### LITÍGIOS ESTRUTURAIS E REVISÃO JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: DO MONÓLOGO AO DIÁLOGO E DO “ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL” À GESTÃO DEMOCRÁTICA DO PROCESSO .....

3.1 Revisão judicial de políticas públicas e proteção dos direitos fundamentais prestacionais no Brasil: da justiça individual à coletiva e ao largo do diálogo .....	128
3.2 Litígios estruturais entre o controle de constitucionalidade difuso e o abstrato: possibilidades e legitimidade do processo coletivo estrutural brasileiro .....	139
3.3 Litígios irradiados de reforma estrutural e o <i>managerial judging</i> traduzido em “ <i>town meetings</i> ”: perspectivas para uma nova racionalidade procedimental e o (novo) papel das audiências públicas .....	150
3.4 A ADPF 347 e o “estado de coisas inconstitucional” do sistema carcerário brasileiro: o <i>leading case</i> dos litígios estruturais e as (possíveis) expectativas em torno da atuação do STF .....	164
3.5 Processos de insolvência e lições de <i>case management</i> : a possível aplicação do modelo de “gestão democrática do processo” na superação do “Estado de Coisas Inconstitucional” .....	177

CONCLUSÃO .....	191
REFERÊNCIAS.....	195